

ESTADO E NOVOS AGENTES SOCIAIS NA RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO: limites e possibilidades de um projeto geopolítico democrático

Cláudio Barbosa da Costa

I- INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo principal sistematizar novas questões referentes à complexidade das ações dos agentes sociais na construção do espaço contemporâneo, e que vem interferindo, de maneira significativa, na forma como o Estado vem realizando o processo de intervenção no território.

Os eixos analíticos do estudo serão constituídos pelo novo patamar de acumulação que constitui a globalização, os grandes agentes econômicos internacionais e as novas referências da chamada lógica civilizatória, na qual emergem sujeitos sociais que ao buscarem romper com idéia dominante de desenvolvimento e de crescimento, vêm construindo novas formas de lidar com a natureza, com o território e com o trabalho, estabelecendo a alteridade, a partir da luta pela sua legitimidade.

A compreensão teórica dos novos movimentos sociais possibilitou um melhor entendimento do papel histórico destes agentes na construção contemporânea do espaço e das suas relações com o vetor ecológico e o desenvolvimento sustentável.

Para finalizar, realizamos uma análise histórica das intervenções do Estado brasileiro na construção do território nacional, buscando identificar a complexidade dos agentes da sociedade civil, e as possibilidades e os limites da constituição de um projeto geopolítico através de um novo pacto social, que resguardando as diferenças, consideram-se as territorialidades dos setores sociais historicamente excluídos do processo de desenvolvimento.

II - O ESPAÇO CONTEMPORÂNEO E O PAPEL DO ESTADO: GLOBALIZAÇÃO E A NOVA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Certamente a Estado-Nação já não é mais a única fonte de poder territorial, embora se

ja, ainda, um agente fundamental na produção do espaço. Os espaços dos fluxos financeiros, mercantis e informacionais tendem a entrar em conflito com os interesses dos Estados Nacionais, alterando a geopolítica. O domínio do território passa a decorrer, também, da posse das redes de circulação e comunicação, principalmente de telecomunicações. Através das redes é possível estabelecer uma relação direta entre as firmas e entre o local e o espaço transnacional, perpassando as metrópoles e o Estado. As vantagens econômicas e o poder de um território em todas as escalas geográficas derivam, em grande parte, da velocidade com que se passa à nova forma de produção e de sua posição nas redes, que se tornam objeto de competição.

As tendências opostas e complementares de globalização/fragmentação e homogeneização/diferenciação são condições de existência e de expansão do modo de produção capitalista. Se no segundo pós-guerra o movimento de globalização

privilegiou a centralização e a homogeneização técnica das atividades e do território, hoje ele se forja na valorização seletiva da diferença como forma de ajustamento para a sobrevivência da economia-mundo capitalista.

O privilégio assumido pela lógica da diferença tem dupla determinação; por um lado, é um imperativo da acumulação o reconhecimento da diferença de culturas, de mercados, de recursos e de espaços. Por outro lado, o desenvolvimento de um território é um processo social e político, e a valorização da diferença deriva da potencialização das condições locais incluindo o acesso às redes, que depende da iniciativa política e da capacidade de gestão das sociedades em criar condições de sinergia e de competição.

Motivações de origens muito diversas convergem assim, para a percepção de que os efeitos diretos da interação de fatores ecológicos, sociais, econômicos e políticos na escala local representam elementos regulatórios e inovativos para o desenvolvimento global.

Significa que a globalização da economia-mundo avança através tanto da incorporação extensiva de novos espaços — os estados socialistas, o espaço sideral e a natureza — quanto da valorização seletiva e competitiva das diferenças, em um processo combinado de centralização/descentralização que afeta os conceitos de nacionalismo e de soberania. (Becker, 1997).

As sociedades territorialmente localizadas perdem autonomia em face dos atores da escala mundial que agem segundo uma lógica global em grande parte por elas ignorada e não controlada. As tendências de reestruturação técnico-econômica do espaço dos fluxos devem ser confrontadas com projetos alternativos vindos da sociedade, do espaço territorial.

A questão territorial torna-se, assim, uma questão-chave, pois abre a perspectiva da multidimensionalidade do poder referente à prática espacial estratégica de todos os agentes sociais e em todas as escalas. Agentes que atuam em redes calcadas na comunicação, que se viabilizam através da informática, dos satélites, de modernos equipamentos que permitem o controle do território e a tomada de decisões rápidas em velocidade acelerada escapando da concepção autoritária de um poder unidimensional, seja do Estado, do capital ou da máquina de guerra. A globalização conduzida pelos grandes bancos e corporações transnacionais é intensificada pela fusão e centralização das firmas que, relacionando-se direta e seletivamente a lugares e regiões, tendem a retirar do Estado o controle sobre a moeda e o conjunto do processo produtivo, e buscam fragmentar o território nacional. Por outro lado, o sistema Inter-Estado não é desafiado apenas pela lógica da dominação econômica. Pela primeira vez em séculos, nacionalismos separatistas e movimentos sociais alteram a integridade territorial dos Estados, conformando, segundo Lafer e Fonseca Jr. (1994), um contexto internacional de polaridades indefinidas. No entanto, embora com diferenciações segundo as especificidades históricas em que se manifestam, nesses movimentos domina a busca por maior autonomia para se inserir rapidamente nas redes sociais internacionais, por meio do uso das redes técnicas, como é o caso, por exemplo, das organizações não-governamentais.

No que se refere à base infra-estrutural da globalização, as redes apoiadas nas novas tecnologias são a principal base que altera a relação entre os agentes e o Estado na construção do espaço.

A imagem piramidal e hierárquica associada ao território, aos poucos foi substituída por processos próprios da globalização onde a posição de uma cidade/nó numa rede de relações de solidariedade em uma grande escala interage com as economias locais, regionais, nacionais e internacionais, criando também diversas contradições entre as diferentes escalas (Santos, 1996). No quadro de uma economia global, a utilização que os diferentes setores econômicos fazem das redes, o setor financeiro se mostra seu maior usuário. Neste processo de valorização diferencial das cidades, o capital financeiro vem tirando proveito de sua fluidez (flexibilidade e de sua rapidez) (Dias, 1995).

A fluidez é uma exigência atual para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas que são o suporte da competitividade. Para tanto, são criados objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez, e esses objetos e lugares irão transmitir valores às atividades que deles se utilizam. Atualmente, a produção da fluidez é um empreendimento conjunto entre o poder público e o poder privado. Cabe ao Estado diretamente ou por concessões, e aos organismos internacionais, proverem o território dos macrossistemas técnicos sem os quais as demais técnicas não se efetivam. Por outro lado, as empresas privadas, isoladamente ou associadas, procuram estabelecer redes privadas, cuja distribuição geográfica e funcionamento correspondem aos interesses inerentes as suas atividades (Santos, idem).

Desta forma as redes colocam o mundo em uma dialética entre o global (através do enfraquecimento das fronteiras) e o local, ou seja, lógica global de idéias, mercadorias e práticas e sua apropriação por agentes locais que se estabelece de duas formas: (1) a partir dos diversos vetores tecno-industrial, apoiados nos circuitos do consumo básico e nos circuitos dos negócios e do poder; e (2) a partir das redes sociais e do vetor ecológico (ONGs, emergência de novas propostas de desenvolvimento sustentável, etc.) (Becker, idem).

A seguir, trataremos dos principais agentes da produção contemporânea do espaço, percebendo estes agentes em suas relações com o Estado e com a organização das redes sociais e técnicas.

III - OS PRINCIPAIS AGENTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

III.1- As Grandes Corporações, o Estado e o Território

Uma das conseqüências mais importantes do crescimento acelerado da economia capitalista foi o brutal processo de concentração e centralização de capitais. Várias empresas surgiram e cresceram rapidamente: indústrias, bancos, corretoras de valores, casas comerciais, etc.

A acirrada concorrência favoreceu as grandes empresas, levando às fusões e incorporações que resultaram, a partir de fins do século XIX, na monopolização ou oligopolização de muitos setores da economia. Após a II Guerra Mundial, consolidou-se um vigoroso mercado de capitais. A abertura dos capitais das empresas permitiu, através da venda de ações, a formação de gigantescas corporações.

Atualmente, já não é mais possível distinguir o capital industrial do capital bancário. Fala-se agora em capital financeiro. Na verdade, o liberalismo restringe-se cada vez

mais ao campo ideológico, pois o mercado passa a ser controlado pelas grandes corporações, substituindo a livre concorrência e o livre mercado.

A corporação fez com que houvesse um novo padrão de produção espacial através da criação de filiais sub-contratadas, ocorrendo uma nova divisão internacional do trabalho entre a sede e as filiais. Passa assim a haver, o que numerosos autores têm denominado de especialização sincrônica entre os diferentes parceiros.

A gênese das corporações ocorreu devido às contradições internas do capitalismo. Essas contradições oriundas, por um lado, do conflito capital/trabalho, da luta de classes (movimento operário) levou a melhoria dos salários e nas condições de trabalho, e por outro lado da própria competição entre as empresas (intercapitalista). Estas contradições básicas do capitalismo obrigaram as empresas a investir em novas tecnologias, bem como a diversificar e expandir filiais por países em que pudessem encontrar "mão-de-obra" barata, matéria-prima barata, governo favorável, etc.

De acordo com Corrêa (1997), o processo de expansão das corporações é dotado de cinco condições interligadas:

1) Ampla e complexa escala de operações: diz respeito ao fato de que a corporação manipula milhares de toneladas de matéria-prima, produtos intermediários e finais, uma enorme variedade de produtos de diversas fontes (minerais, vegetais, sintéticos, etc.), com uma grande variedade de formas e funções além de inúmeras unidades diferentes que compõem a corporação (CPD, sede, filiais, depósitos, minas, portos, fazendas experimentais, ou produtivas, escritórios, lojas, pesquisa e desenvolvimento, etc.); 2) Caráter multifuncional: esta característica é uma consequência da capacidade de expansão da corporação em direção a multifuncionalidade. Produção de material e/ou serviços que podem estar ou não articulados entre si e que possuem autonomia; 3) Segmentação: as empresas pertencentes a corporação irão se diferenciar, algumas terão atividades fins e outras atividades meio de acordo com o papel que cumprem na acumulação do capital; 4) Múltiplas localizações: resultará em custos diferenciados de produção (mão-de-obra, matéria-prima, mercado consumidor, etc). Assim sendo, haverá uma divisão territorial do trabalho de um dado país ou até mesmo global, uma vez que as filiais desta corporação podem estar localizadas em diferentes países; 5) Poder de pressão econômica e política: esta característica diz respeito à poderosa capacidade de influência que as grandes corporações tem sobre as ações locais do Estado. Elas segundo seus interesses interferem nas políticas públicas através da instalação de portos, rodovias, ferrovias, hidroelétricas. Os São vários os impactos das grandes corporações sobre a organização espacial pré-existente. Uma dada área pouco ocupada ou não-ocupada pode ser afetada nas esferas política, econômica, cultural e social através da manutenção da organização espacial, do desfazer a organização espacial e do refazer a organização espacial. Esses impactos ocorrerão por meio de uma recriação das diferenças espaciais e através da perda do poder de decisão e controle das cidades localizadas na área da atuação das organizações. A dimensão espacial é redefinida, pois é fundamental para o sistema capitalista que as taxas de lucros se tornem diferenciadas. Esta diferenciação se dá através da introdução de novas especializações produtivas e pela eliminação das antigas especializações produtivas, ou seja, através da manutenção e recriação do espaço, surgem novas perspectivas de especialização produtiva e de novos padrões espaciais (locais) e assim, passa a haver uma flexibilidade locacional.

No Brasil, a atuação das grandes corporações, resultou em uma re-inserção das cidades na divisão territorial do trabalho (modelação espacial) e uma introdução de novos padrões de fluxos: fluxos de longa distância, fluxos de curta distância e em diferentes direções. Torna-se evidente a necessidade de ampliação dos meios de informação. Ocorrem transformações no campo tanto na estrutura fundiária (concentração fundiária)/relações sociais de produção quanto no sistema agrícola (mudanças nas culturas/ tempo/ espaço, que levam a possibilidade de modernização). Surgem focos de migração pendulares (principalmente nos estados de São Paulo e Paraná), aparecimento de novas áreas agrícolas e uma distinção entre as cidades no campo e do campo. Significa dizer que no campo passa a haver atividade industrial e os municípios não dependem da vida econômica dos municípios vizinhos.

Por fim, as corporações atuam na atual produção do espaço através da implantação de sua infra-estrutura que elimina as empresas competidoras. Através da fusão e saturação funcional as corporações passam a ter um controle indireto sobre o espaço através das relações entre as empresas e suas absorvidas, da terceirização, franquias etc.

As corporações e o capital financeiro de fato não são novos agentes, mas a forma de atuação é bastante nova, o que atualiza a dinâmica da acumulação de capital, criando a globalização da economia e apoiando-se nas novas redes técnicas.

III.2 - O Capital Financeiro, o Estado e o Território

A economia de mercado funciona, hoje, com a hegemonia dos bancos de investimentos internacionais e dos mercados de capitais, ou seja, de um sistema de geração, de compra e de venda de crédito. Quem controla o acesso ao dinheiro, isto é, o crédito, exerce hoje um poder tão grande quanto aqueles que são ricos. Isso significa que não apenas governos, mas também bancos, companhias de seguros, operadores de mercados financeiros e, principalmente os fundos de pensão detêm uma parcela considerável de poder na conjuntura internacional.

Este sistema de criação, de compra e venda de dinheiro é chamado de sistema financeiro global, por ter se desenvolvido de forma mais ou menos independente dos governos nacionais. De fato, a principal característica da expansão recente do sistema financeiro tem sido a tendência de se liberar de enquadramentos "regulatórios" de base territorial, como aqueles da Estado-Nação. Santos (1994) denomina este processo de globalização, processo que tem feito com que uma parcela de decisão sobre o crédito tenha se deslocado das instituições fazendárias dos Estados nacionais para os bancos internacionais de investimentos e mercados globais de capital.

Se é fato que os mercados de capitais e os bancos de investimentos atuam globalmente, manipulando fundos originários de diversos países e administrando diversos tipos de moeda, a evolução do sistema financeiro global nas últimas décadas indica que os Estados nacionais não só estão na origem como têm se constituído na principal condição para o desenvolvimento e operação desse sistema. Os componentes do Estado nacional (cuja territorialidade é definida pela fronteira nacional, com a sua base produtiva, moeda, legislação, balança de pagamentos, poupança nacional, taxa de investimentos) estabelecem diferenciais econômicos, políticos, tecnológicos induzindo o movimento, direção geográfica e acréscimo/decrécimo de valor dos fluxos financeiros.

De um lado, o sistema de Estados-Nações mantém do ponto de vista jurídico, as prerrogativas de soberania; de outro, o poder fixado pelas fronteiras do Estado nacional é cada vez mais limitado pela política de poder das grandes corporações e das altas finanças. Tal situação levou a um desdobramento peculiar, nos últimos anos, instituindo um campo de manobras onde um governo pode manipular os limites territoriais (fronteiras) sob sua jurisdição, de modo a criar políticas territoriais específicas e funcionais a esse estado de coisas.

III.3 - As Organizações não-governamentais, o Estado e o Território

As organizações não-governamentais ganharam grande visibilidade nos anos 80-90, e parecem se inscrever na proposta dos novos movimentos sociais. No caso brasileiro, as ONGs se originam como fenômeno no contexto do poder autoritário. E na medida em que este poder se esfacela com o processo de redemocratização, estas organizações tomam visibilidade e passam a atuar em diversas questões: educação, criança e adolescente, ecológica, entre outros. As ONGs obtêm um papel internacional na relação entre os Estados. Segundo Becker (op.cit.), estas instituições realizam grande movimento de recursos para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. São, hoje, importantes agências internacionais que repassam recursos para os países periféricos e têm características específicas enquanto agentes construtores do espaço e dos processos de socialização contemporânea. São organizações transnacionais, independentes do Estado, devido a esta independência elas estão no contrapé do mercado e não são instituições filantrópicas.

As organizações não-governamentais guardam relação com a nova conceituação dos novos movimentos sociais, porque agem no imediatismo, por meio de campanhas e na construção de fóruns e encontros temáticos que vislumbram o exercício da cidadania, dos direitos sociais e da relação com o meio ambiente. As suas ações no Brasil e sua interferência na construção do espaço são complexas e multifacetadas, até porque seus propósitos são muito variáveis, e vêm sendo muito estudados pelas ciências humanas. Segundo Becker, a compreensão das ações das ONGs revela a estrutura transicional do Estado e do território e a imprevisibilidade do final do milênio, onde estamos diante de novas formas de regulação da sociedade.

É importante ressaltar ainda que Touraine, na sua conceituação sobre os novos movimentos sociais, analisa algumas manifestações sociais, dentre os quais adquire relevância em virtude da problematização deste trabalho, o movimento antinuclear.

O movimento antinuclear, ocorrido a partir de 1981, é para Touraine o mais revolucionário dos movimentos, pois denunciou a crise dos valores industriais colocando em dúvida os efeitos benéficos da ciência e da tecnologia, apontando os riscos da energia nuclear. A partir desta crítica, passa-se a lutar contra este padrão energético.

Este movimento pôs em questão a relação entre homem e natureza e contribuiu para iniciar o debate acerca da questão ambiental, o que vai construir mais tarde as bases de uma nova sensibilidade coletiva e governamental.

A sensibilidade instituída é multiplicada em torno da questão ambiental, e constrói-se nova base do desenvolvimento, num momento em que o capitalismo esgota o padrão anterior de exploração extensiva dos recursos orgânicos e inorgânicos.

Entretanto, esta sensibilidade é complexa, se inscreve em duas lógicas: a lógica da acumulação e a lógica civilizatória, isto é, de valorização das identidades e das culturais locais.

No que se refere à lógica de acumulação, a questão ambiental se relaciona com os novos padrões produtivos que se afirmam (biotecnologia, engenharia genética, clonagem, automação, informatização, reciclagem, etc.). Nestes novos padrões, capitalistas e economistas percebem a natureza como reserva de valor.

Foi assim que a questão ambiental tornou-se pauta nas relações internacionais da lógica de acumulação.

É importante lembrar que há três décadas atrás, o desenvolvimento era confundido com o crescimento econômico, ou seja, o desenvolvimento era interpretado unicamente em termos econômicos, a partir de um crescimento constante e uma diferenciação estrutural da produção.

Durante a década de 70, houve um crescimento no processo de desenvolvimento global, envolvendo múltiplas e complexas relações entre diferentes dimensões: econômica, social e política, que resultaram em um reconhecimento de três objetivos, tais como: eficiência econômica, equidade social e liberdade política. No início da década de 1980, houve um ganho qualitativo do conhecimento e da aplicação de tecnologias na economia e sociedade através da eletrônica, das telecomunicações e da informática que culminaram com novos métodos de manejo e organização social e de produção.

Através dessas transformações caracterizadas como Terceira Revolução Industrial, surgiu o fenômeno da globalização da economia e a formação dos blocos econômicos. Os tratados internacionais e as finanças se expandiram rapidamente e a velha noção de vantagens comparativas deu lugar à de vantagens competitivas (Baumann, 1996) que dependem mais do conhecimento como fator produtivo do que dos recursos naturais ou de força de trabalho.

Na década de 90, os assuntos ligados ao meio ambiente ganharam espaço na agenda internacional, principalmente, no que se refere aos conflitos gerados pela expansão econômica e a preservação ambiental.

O conceito original de desenvolvimento sustentável surge para conciliar o desenvolvimento econômico e a conservação da natureza. Nesta formulação o desenvolvimento deve se constituir num processo global da mesma forma que a sustentabilidade e ambos são inseparáveis. Assim a sustentabilidade do desenvolvimento possui quatro dimensões essenciais: a) geo-ambiental b) socioeconômica; c) tecnocientífica e d) político-institucional, cada uma delas considerados dinamicamente dentro de uma perspectiva intertemporal.

A dimensão geo-ambiental está associada ao desenvolvimento sustentável a partir das questões relacionadas à preservação dos recursos naturais como valor de mercado.

A dimensão socioeconômica vai prover condições para o crescimento econômico que deve ser igualmente distribuído.

A dimensão tecnocientífica diz respeito a um aprimoramento constante dos conhecimentos e suas aplicações, levando a um processo de inovação da sociedade.

A dimensão político-institucional estabelece e consolida o sistema de representação política e confere continuidade e coerência ao processo de ordenamento nas tomadas de decisão e nas ações que garantem o desenvolvimento nas demais dimensões. Assim sendo, a dimensão político-institucional irá legitimar a participação da sociedade no processo de promoção da cidadania.

Questões como a fronteira ecológica, linhas de reestruturação dos direitos de propriedade e a reestruturação das leis de patentes ligadas à biotecnologia tornam-se elementos contemporâneos na discussão em torno da relação entre questão ambiental, cidadania e Estado. Muitas leis e decretos são realizados pelo aparelho legislativo a fim de reconfigurar as ações dos diferentes agentes sobre o território. Ações internacionais de agências financeiras, articuladas às organizações não-governamentais, estimulam o Estado a definir os zoneamentos ecológicos, as áreas de proteção ambiental, as unidades de conservação e etc. Instituições estatais específicas são implantadas para assumir a gestão, fiscalização e planejamento dos ecossistemas nacionais.

No que se refere à lógica civilizatória – de valorização das identidades locais e da alteridade, os movimentos em torno da questão ambiental se articulam com os movimentos regionais que buscam reconhecimentos identitários e tem na natureza a sua base de sobrevivência.

IV - OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO

A partir da década de 80, torna-se mais evidente a manifestação crescente da reestruturação da economia mundial, fundada em novas tecnologias de produção e gestão. Neste momento, quando a lógica da acumulação alcança novo patamar tem início um vigoroso movimento de alteração das relações entre Estado e Sociedade Civil, a partir da maior participação dos movimentos sociais na construção de propostas para a cidadania.

Esta cidadania se inscreve na atual relação Estado/Sociedade civil, quando novos agentes sociais emergem, produzindo propostas e projetos sociais que se relacionam com as condições precárias e ecológicas da realidade de cada país.

Neste sentido, a natureza do Estado está alterada, o que torna fundamental compreender a sua nova relação com a produção do espaço, num contexto em que novos e velhos agentes assumem papéis importantes no direcionamento das proposições para a sociedade. A proposição e ação destes agentes são complexas e atuam no processo de construção do espaço, quer seja no espaço físico, quer seja no espaço social.

A conceituação de movimentos sociais aparece na sociologia com dois recortes analíticos: a primeira conceituação analisa o confronto entre agentes sociais e o Estado, onde os movimentos sociais aparecem como reivindicadores de necessidades nas quais o Estado deveria ter o papel de suprir as carências destes agentes. Esta conceituação clássica aparece ligada ao espaço urbano (na denominada Questão Urbana) referenciada por Castells,(1983); ganhando grande ênfase na sociologia urbana francesa no decorrer da década de 1970 e, foi,

também, bastante estudada por Lefebvre, em sua vasta obra, quando analisa a relação entre Estado e Espaço.

A nova conceituação de movimentos sociais constrói-se naquilo que a literatura vem denominando de nova lógica civilizatória, na qual o Estado não se constitui mais no centro das reivindicações, configurando-se, assim, apenas, como mais um dos agentes no processo de reconstrução dos projetos ligados ao desenvolvimento social.

No novo movimento social, o projeto torna-se elemento fundamental. Os agentes realizam suas práticas através de um projeto. E o projeto é fundamental, porque é o que define o grupo enquanto grupo, enquanto consciência. Como sinaliza Sartre (apud Scherer-Warren -1989), “será através de seu projeto que o homem se define a si mesmo, se produz e supera perpetuamente a condição que lhe é dada, revela e determina sua situação, transcendendo-a para objetivar-se pelo trabalho, pela ação ou pelo gesto.” .

Para esta autora, o projeto tem como objetivo profundo modificar a situação de base por uma tomada de consciência de suas contradições. Neste sentido, o projeto pode ser uma utopia de transformação, seja o desejo e intento de superação da situação presente ou pode se referir à busca da realização de objetivos mais imediatos do grupo, presentes em seu cotidiano. A prática, a partir do projeto, se refere à natureza da ação do movimento, dos meios para determinado fim, pela noção de projetos entendemos a determinação de um fim para o movimento, ou seja, as metas, os objetivos, as utopias na produção transformadora do social e do espaço.

Para Alain Touraine , (1978 e 1981), os movimentos sociais se inscrevem na sociedade que é um campo cultural dilacerado pelo conflito daqueles que se apropriam da historicidade contra aqueles que se submetem à sua dominação e lutam por uma reapropriação coletiva desta historicidade, da produção da sociedade por ela mesma, onde historicidade corresponde ao conjunto de orientações culturais produzidas pelos homens, tais como: o modo de conhecimento, o tipo de investimento ou de acumulação e o modelo cultural propriamente dito. Os movimentos sociais se opõem à ordem estabelecida em nome de uma nova historicidade e pela sua libertação, constituindo a produção histórica do social. Nos afirma Touraine (1981), que se no século XIX a consciência e as lutas sociais expressavam as contradições de uma sociedade dilacerada pelos conflitos no campo das relações de produção, onde o socialismo se apresentava como projeto para a superação da opressão, hoje é no campo da cultura que se formam as principais contestações, onde os novos projetos são de “uma sociedade que se responsabiliza por si mesma” e acrescenta ainda “... não há lutas sociais sem liberdade, não há liberdade sem lutas. Se a autogestão é a ideologia dos novos movimentos sociais populares, é porque ela designa uma vontade de defesa coletiva contra a dominação dos aparelhos” (1981). Neste sentido, para Touraine, os movimentos sociais são agentes históricos que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade, etc., mas expressam também muito mais do que isto, pois expressam o devir, através de sua crítica, dessas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comando de uma nova historicidade. Dá-se, assim, a formação de novos movimentos sociais, na busca de novas formas de viver, com características menos centralizadora do que no movimento socialista, invocando sempre a participação democrática e livre das bases, não na dependência de um partido de vanguarda, mas na procura da autogestão da coletividade. Também não

possuem, como projeto, a utopia de uma sociedade futura onde reine a liberdade e a igualdade. Procuram conquistas imediatas no terreno do cotidiano.

V - O ESTADO BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL

A realidade brasileira foi um contexto exemplar da ação do Estado na construção do território. Na análise clássica, o território que é o espaço do exercício do poder, é constituído por fixos e fluxos. Os fixos são formados por elementos materiais constituídos pela infraestrutura (cidades, fábricas, campos agrícolas, áreas extrativas, portos, etc.), enquanto os fluxos representam a ligação entre esses elementos materiais. Estas ligações podem ser feitas por elementos como as estradas, ferrovias, sistema de telecomunicação, dutos, etc.

Momentos cruciais da ação do Estado Brasileiro sobre o espaço ocorreram com a produção de infra-estruturas, objetos, redes e fluxos sob a base física, construindo o território nacional, tendo a cidade como centro. O Estado construiu também o espaço social, político, conjunto de instituições hierárquicas, leis e convenções sustentadas por valores, onde há um mínimo de consenso, do que seja o próprio Estado. No sentido de Lefebvre, o Estado construiu o espaço, em todas as suas facetas: o espaço físico, o espaço monumental, o espaço capitalista (da produção e circulação e consumo de mercadorias), o espaço social, o espaço do cotidiano. O Estado do pós-guerra é um belo exemplar desta abordagem conceitual. A partir da crise de 29, as ações do Estado passam ser o principal fundamento de desenvolvimento do capitalismo, defendido pelo keynesianismo, ou seja, a necessidade de intervenção do Estado na economia e no social, a fim de criar condições para o pleno emprego e o desenvolvimento do capitalismo. Mas foi no período do pós-guerra que o projeto nacional da Estado-Nação passou a ser fortemente implementado a partir do planejamento setorial: políticas econômicas, políticas sociais e o planejamento urbano-regional (I e II PND).

No Brasil as primeiras iniciativas de desenvolvimento industrial ocorreram com Getúlio Vargas (com a instalação de empresas estatais na área de energia e insumo mineral). Mais tarde, durante o governo JK, além de se implementar o parque industrial brasileiro, atraindo multinacionais, são formuladas as primeiras grandes tentativas de integração nacional, através da ampliação da malha rodoviária e a construção da capital política no centro-oeste.

Entretanto, foi a partir de 64 que a ação do Estado em todo território nacional é eficaz, consolidando a integração regional-integração inter-regional e a construção do mercado nacional. Neste período o planejamento torna-se o principal instrumento de intervenção da economia e do social, para tanto o planejamento territorial tornou-se elemento fundamental.

As políticas públicas absolutamente centralizadas no governo federal são setoriais e buscavam resolver questões ligadas aos "desequilíbrios sociais e regionais", é o período da grande expansão dos espaços metropolitanos brasileiro, com a formação de extensas periferias.

Entretanto, a partir dos fins dos anos 80 e no decorrer da década de 90, foi se consolidando um novo patamar de lógica econômica que se constitui na globalização e na hegemonia do neoliberalismo no país. A manifestação crescente da reestruturação da economia mundial, fundada em novas tecnologias de produção e gestão, e no neoliberalismo como novo patamar nas relações entre

Estado e mercado mundial, restringiu créditos e investimentos e vem redefinido o Estado no processo de acumulação, tornando o estado brasileiro imerso na crise fiscal, financeira e política, fragmentado pelos interesses das elites regionais e de capitais internacionais. O modelo desenvolvimentista entra em decadência e aumenta a descrença de que o crescimento econômico gera necessariamente o desenvolvimento social. O aumento acelerado do desemprego estrutural e tecnológico e a falta de expectativa e de esperança no plano das condições econômicas e de trabalho potencializaram a agudização da crise social, aumentando o nível de pobreza, de indigência juvenil e violência na cidade e no campo, configurando um clima de guerra civil.

Este contexto socioeconômico ao reclamar uma outra lógica de intervenção e um novo modelo de desenvolvimento territorial passou a ser discutido com mais força por diferentes agentes (novos e velhos) da sociedade civil no contexto de redemocratização da sociedade brasileira. A democracia se apóia agora na constituição de 1988, que define a descentralização das políticas sociais, maior participação no orçamento público da escala de poder municipal e a maior participação da população por meio dos conselhos setoriais e de parcerias entre estado e agentes sociais.

Há assim uma relação, historicamente diferenciada, do Estado com a sociedade civil, que exige “uma nova postura de governo nas suas ações em geral: descentralizada, flexível, aberta às parcerias e tecnicamente avançada” (Costa, 2001, p. 9), na medida em que novos agentes sociais emergem, produzindo propostas e projetos sociais que se relacionam com as condições precárias e ecológicas da realidade do país.

Neste sentido, a natureza do Estado está alterada, o que torna fundamental compreender a sua nova relação com a produção do espaço, num contexto em que novos e velhos agentes assumem papéis importantes no direcionamento das proposições para a sociedade. A proposição e ação destes agentes são complexas e atuam no processo de construção do espaço, quer seja no espaço físico, quer seja no espaço social.

VI - AMAZÔNIA, MEIO-AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ONGs

No caso da Amazônia, várias articulações organizativas de base popular têm aglutinado, nos anos recentes, sujeitos sociais cuja identidade referencia-se ao território – seringueiros, pescadores, castanheiros, juteiros, barranqueiros, vazanteiros e povos da floresta. Suas unidades de mobilização têm refletido projetos que têm em comum a perspectiva da territorialização.

A multiplicidade de identidades sociais e formas organizativas que aglutinam sindicatos de trabalhadores rurais, associações de pequenos produtores (assentados, posseiros, e colonos), comissões de atingidos por barragens, sindicatos de trabalhadores (tais como os: bicojateiros, raizeiros, colonheiros, maraqueiros) e quilombos representam, por um lado, enormes dificuldades de transpor as diferenças e construir uma unidade na diversidade (Almeida, 1992). Por outro lado, na ótica de Touraine, esta diversidade e fragmentação das ações, construindo proposições a partir dos líderes internos aos novos movimentos sociais, são um dos elementos que caracterizam a inovação do agir e da subjetividade destes agentes, que ao lutarem pela cidadania em seus contextos específicos, lutam ao mesmo tempo por sua territorialidade, lutam por sua identidade

construída a partir do reconhecimento de sua legitimidade. Eles próprios fazem a mediação das suas reivindicações com o Estado (das secretarias e ministérios que atuam em questões específicas). No caso da Amazônia, estes movimentos situados nas áreas de fronteira de expansão capitalista sobre o território, tendem a configurar movimentos contra-hegemônicos diante do processo de transformação da terra, em valor de troca mediado pelo capital; e podem, conseqüentemente, protagonizar experiências capazes de alimentar a formulação de modelos alternativos de desenvolvimento. (Acserald,1997).

Estes novos movimentos sociais orientam-nos para a possibilidade de novas formas de desenvolvimento onde o econômico parta do social e da territorialidade deste social, ou seja, de suas ações, de seus projetos que se articulam com suas formas de fazer e de conceber o território. Assim, os projetos de desenvolvimento sob novas bases sociais não devem implicar, como antes, na concentração ainda maior da propriedade sobre os recursos territoriais, nem na desestabilização sociocultural das populações. Um projeto geopolítico democrático deve considerar o espaço, o território e o meio ambiente como objetos de lutas sociais aos quais os agentes atribuem distintos sentidos na disputa entre diferentes projetos sociais territorializados.

Neste sentido, é possível construir modelos de desenvolvimento e um novo projeto geopolítico nacional que se baseiem nas possibilidades do território, o que significa, assim, evidenciar as perspectivas dos agentes enquanto sujeitos sociais, ou seja, agentes que procuram dar às distintas configurações territoriais, sentidos diversos daqueles impostos pelo regime de acumulação dominante e que fazem parte de uma lógica mais abrangente da construção da humanidade, da construção das identidades, das diferenças e da alteridade.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível que desde o início dos anos 80, abriu-se a crise orgânica deste Estado Desenvolvimentista e se desfez o tripé – capital nacional, internacional e estatal que sustentou este modelo de desenvolvimento associado à transnacionalização financeira e ao endividamento. A crise fiscal e as características do novo vetor tecnoindustrial demonstram o esgotamento deste padrão de financiamento e está se desfazendo o pacto político do desenvolvimentismo. O país vem passando por uma profunda reestruturação produtiva (novas formas de organização e gestão do trabalho) e pela reestruturação tecnológica dos setores modernos, compatível com a redefinição do espectro de seu pacto político constitutivo. A proposta de consolidação de um Estado sócio-liberal atua decisivamente implementando privatizações, articulando efetivamente o Brasil à economia globalizada. Esta proposta que sustenta a imagem de um Estado eficiente e normativo, desqualificando o debate político em torno do tamanho do Estado, não necessariamente garante a passagem para um crescimento em longo prazo. A idéia de Estado mínimo percebe o Estado como instrumento de gestão ao qual cabe definir funções delimitadas e estimular os meios restritos de sua eficiência “quase – empresarial” e não espaço de luta e negociação política. Não se trata, portanto, do fim do Estado, mas sim do fim do Welfare State. A nova forma de produção e demandas de autonomia requerem uma nova forma de Estado, uma organização econômica e social flexível e aberta à internacionalização que favoreça e estimule a competição. Enfim, um Estado com uma lógica privada. A ideologia sócio-liberal, com sua estratégia de modernização dos aparatos institucionais, que inclui como componentes centrais a desburocratização, a privatização e a descentralização, visa

justamente liberar o Estado de seus constrangimentos em relação à nação para garantir a sua preservação e sua aliança com a empresa.

Acsehrad (idem) aponta como contraposição a esta proposta, a necessidade da retomada do desenvolvimento, a partir de um amplo respaldo social, o que pressupõe a democratização dos processos decisórios e a sustentação do Estado nos processos de ampliação da cidadania política e social. O autor reconhece que o que está em jogo é a capacidade do Estado de desenvolver políticas autônomas calcadas em um pacto político democraticamente constituído.

Diz, ainda, que com a redução do setor público como instância social e não apenas como máquina burocrática se estará reduzindo o espaço de interação entre sociedade civil e os mecanismos decisórios determinantes na definição de políticas públicas e na alocação dos recursos, com graves prejuízos para os que pretendem reconstruir o Estado brasileiro sobre as bases da ampliação da cidadania. O ajuste em longo prazo exprime uma concepção econômica do Estado e subordina seu espaço decisório ao movimento internacional de capitais reduzindo as possibilidades da sociedade política de influir nos rumos do desenvolvimento.

Não basta construir um estado normativo e eficiente. Para que o Estado reconstruído seja portador de um pacto político democrático, deverá ter assegurado sua capacidade de fazer políticas autônomas e de se fazer sensível às demandas sociais.

As ações e a construção de um projeto nacional realizadas pelo Estado nacional atualmente se inscreve numa complexidade de clivagens, na medida em que o processo de redemocratização se acentua e o modelo desenvolvimentista está em crise e o planejamento centralizado deixou de ser o modelo de atuação no território e no tecido social.

O processo de redemocratização trouxe de volta para a arena política, velhos agentes e ainda fez emergir novos, que de uma forma ou de outra se apóiam na Constituição de 1988, quer seja para afirmá-la, quer seja para contestá-la, aprofundando o processo de participação da sociedade civil. No contexto atual, a redefinição do papel do Estado se apóia na descentralização do poder, a partir da valorização da escala local. Os municípios e os estados federativos passam a ter maior autonomia e a assumir maiores responsabilidades junto ao governo federal, nos estímulos para o desenvolvimento do seu território. A afirmação da atuação descentralizada, por meio dos estados e municípios, redefine o papel do Estado Federal, agora ele é mais um financiador dos fundos de participação e gestor de projetos mais abrangentes na relação entre as escalas mundial, regional e local.

Por outro lado, os processos concretos do pacto político nacional entre os diferentes agentes sociais e entre os diferentes níveis de governo, encontram dificuldades de avançar no processo de democratização e da implementação da cidadania. Estas dificuldades se relacionam com a estrutura política anterior que alimenta, de forma desigual, os interesses corporativos e os interesses das elites regionais.

É importante ressaltar ainda que a história política do Brasil e das elites que se atualizam no poder, faz parte de um processo de atuação dos velhos agentes no processo de construção do território realizados através do planejamento estatal. As ações destas elites regionais e dos capitais corporativos nacionais são de certa forma, uma determinação estrutural orientada pela organização histórica do pacto político. Entretanto, com o advento da reorganização do território a partir da globalização, do estabelecimento das redes técnicas, da atuação de novos atores

nacionais e internacionais e, principalmente, devido aos novos movimentos sociais, modifica-se o cenário político e social do país; e se alteram as formas de construção do território.

A construção do desenvolvimento social, que não se limita ao crescimento econômico, necessita reconhecer a complexidade de agentes na construção do território, reconhecer suas proposições. O reconhecimento dos novos movimentos sociais é importante, como é importante reconhecer as formas de exclusão e as possibilidades de inclusão ao desenvolvimento social a partir das criatividade locais e das formas alternativas de trabalho. A construção do desenvolvimento só poderá ocorrer quando se estabelecer novo pacto social que reconheça os novos agentes e as características sociais, culturais e econômicas deste país. Não é só a natureza do Estado que tem que se modificar, mas também a natureza do pacto social, que necessita romper com os velhos esquemas clientelísticos das elites regionais e do corporativismo econômico.

A crise de paradigmas - a crise do Estado de Bem estar, do Estado desenvolvimentista, do "Estado de Lefebvre", alterou a base epistemológica da relação Estado, sociedade e espaço. É preciso buscar novas saídas e repensar esta relação no contexto da construção de um projeto onde se inscreva um novo pacto social e se estabeleçam novos parâmetros para o desenvolvimento territorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Modelos de desenvolvimento, espaço e tempo. Revista de Comunicação & Política, v. 3, n°3, 1997.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. Revista Debate-Cese.

BAUMANN, Renato (org.). O Brasil e a Economia Global. Rio de Janeiro, Campus, 1996.

BECKER, Bertha K. Tendências de transformação do território no Brasil. Vetores e circuitos. Revista Território. Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, n°. 2, Vol. 1 - Jan/jun. 1997.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto L. Corporação e Espaço. In: Castro, I., Gomes, P. C. & Corrêa, R. L. (orgs). Geografia Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1995.

COSTA, Wanderley M. Políticas Territoriais Brasileiras no Contexto da Integração Sul-Americana. Mimeo.

DIAS, L. C. Redes Emergência e Organização. In: Castro, I; Gomes, P.C; Corrêa, R.L. (orgs). Geografia Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1995.

LAFER, Celso & FONSECA Jr, Gelson. Questões para a Diplomacia no Contexto Internacional das Polaridades Indefinidas (Notas Analíticas e Algumas Sugestões).

In: Fonseca Jr & Nabuco de Castro. Temas de Política Externa Brasileira II, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1994.

SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. São Paulo, HUCITEC, 1994.

_____ A Natureza do Espaço. São Paulo, HUCITEC. 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais. Florianópolis, Ed. UFSC, 1989.

TOURAINE, A. La voix et le regard. Paris, Édition du Seil, 1978.

_____ - O pós-socialismo. Porto, Editorial Afrontamento, 1981.